

O BRASIL DO TEMPO DO REI E DE MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA: ENTRE A FICÇÃO E A HISTÓRIA

Evaneide Araújo da SILVA (UNESP)

Introdução

No século XIX, o mundo passou por uma intensa transformação: efetivaram-se definitivamente as idéias que a Revolução Francesa proclamou em 1789 e pôs em prática. Sabe-se que a França dominou politicamente o cenário internacional desde meados do século XVIII. E Napoleão Bonaparte veio logo em seguida para definitivamente legitimar o poder político da nação francesa sobre todo o mundo ocidental. No começo do século XIX, a figura do imperador francês era absoluta no Velho Continente; todos os países europeus foram subjugados por Bonaparte; a única exceção foi a Inglaterra que, em 1805, na batalha marítima de Trafalgar venceu a esquadra de Napoleão e legitimou sua independência e seu domínio nos mares. Excetuando os ingleses, os exércitos napoleônicos “havia colocado de joelhos todos os reis e rainhas do continente, numa sucessão de vitórias surpreendentes e brilhantes”. (GOMES, 2007, p. 33). Por vingança, no mesmo ano de 1805, Napoleão decretou o famoso bloqueio continental, impedindo que qualquer país da Europa mantivesse relações comerciais com a Inglaterra.

A única Corte europeia do período que não acatou a decisão do bloqueio imposta pelo imperador francês foi a portuguesa, e não podia mesmo fazê-lo: Portugal e Inglaterra eram velhos parceiros; os portugueses não podiam se colocar contra os ingleses, sob pena de serem massacrados pelos exércitos da Inglaterra. Então, ou Portugal aderiria ao bloqueio e seria atacado pelos ingleses, ou não o faria, e seria invadido pelas tropas napoleônicas. A única solução foi aderir aos “conselhos” dos líderes ingleses e deixar Portugal com todos os membros importantes da nação portuguesa, como os políticos e comerciantes influentes de Lisboa. Foi essa a decisão que o então príncipe regente D. João VI (que entrou para a história como um líder inexperiente e medroso) tomou, embarcando para o Brasil na manhã de 29 de novembro de 1807, acompanhado de mais de 10 mil pessoas, segundo dados apurados pelo jornalista Laurentino Gomes (2007).

Foi a partir deste fato que a história da maior e mais importante colônia portuguesa tomou rumos diferentes, a partir da chegada da Corte em suas terras. O Brasil foi a única colônia do mundo que hospedou durante anos seu rei, e certamente esse acontecimento extraordinário contribuiu definitivamente para a introdução de mudanças que viriam melhorar a situação da colônia, pelo menos para aqueles que faziam parte da elite da sociedade colonial. Nesse sentido, o século XIX foi aquele das mudanças radicais também para o Brasil, com a vinda da Família Real portuguesa, seguida pela proclamação da Independência e, a partir daí, pela formação sofrida e lenta de um novo país, alavancada por uma pequena burguesia em formação, em tudo dependente das relações com a Inglaterra e mesmo com Portugal.

No Brasil do tempo do rei (1808-1822), além das novidades introduzidas pela presença da Corte, descortinaram-se crises financeiras sérias. Toda a produção nacional, quase que totalmente dependente do comércio com Portugal e Inglaterra, destinava-se principalmente a sustentar os luxos e caprichos da Corte instalada na colônia. O Brasil vivia afundado em dívidas, principalmente com os ingleses; toda a riqueza produzida, que poderia ser utilizada em melhorias públicas, era destinada a pagar as dívidas de Portugal e financiar as despesas do rei e seus aliados, que não eram poucas. Como destacou Laurentino Gomes (2007, p. 189), “era uma corte cara, perdulária e voraz”. É certo que mudanças positivas foram introduzidas com a chegada da Família Real: a implantação do ensino superior, a construção das primeiras indústrias, a abertura de novas estradas, facilitando a comunicação entre as Províncias, a criação da Biblioteca Nacional com um rico acervo trazido de Portugal, e das primeiras instituições financeiras, como o Banco do Brasil, entre outras. Mas o Brasil não se desenvolvia de forma significativa; como toda a riqueza produzida era essencialmente destinada a cobrir os gastos feitos pela Corte e pagar as dívidas contraídas com a Inglaterra, a colônia permanecia com seus sistemas comercial e econômico atrasados, sempre dependentes das relações com portugueses e ingleses. Por conta de sua condição de colônia, o Brasil não desenvolvia relações internacionais, as decisões econômicas estavam sempre ligadas aos interesses dos portugueses; enfim, toda a dinâmica nacional era regida em favor da nação lusitana.

Essa situação de atraso começou a desagradar a classe dos ricos produtores e comerciantes burgueses que criaram suas raízes em terras brasileiras. Em toda a Europa, a burguesia erguia a bandeira do liberalismo e do nacionalismo, pois não era mais possível aceitar desmandos externos; os países deveriam criar sua própria dinâmica interna, fortalecendo-se política e economicamente. Essas idéias burguesas-liberais chegaram ao Brasil, e de certa forma forçaram a Independência em 1822. O rei D. João VI, quando percebeu

que a situação política, tanto no Brasil quanto em Portugal tornava-se insustentável, tratou de proclamar a Independência e de instituir seu filho D. Pedro I como o primeiro imperador do Brasil. Foi uma decisão inteligente, pois teoricamente o Brasil tornava-se um país livre, conquistando sua tão aclamada condição de nação, o que momentaneamente acalmava as tensões, já que atendia a uma reivindicação imposta pela nova classe de ricos burgueses formada no país. Mas na prática, o país ainda era um anexo de Portugal, já que toda a sua dinâmica econômica não deixou de ser dependente da nação portuguesa.

O período em que Manuel Antônio de Almeida viveu e escreveu seu único romance (1831-1861) foi um dos mais conturbados e tensos em todos os níveis. O autor de *Memórias de um sargento de milícias* é, portanto, homem deste século de mudanças e, apesar de ter vivido pouco, esteve colocado no olho mesmo do furacão: nascido no Rio de Janeiro em 1831, morto em 1861, em Campos, na costa da mesma Província, o jovem escritor viveu em um tempo e um espaço muito singular para a história do Brasil: foi na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, que a esquadra de D. João e da Família Real portuguesa desembarcou no começo da tarde de sete de março de 1808 (GOMES, 2007, p. 139). Quando o autor de *Memórias* nasceu, D. João VI não estava mais no Brasil; o rei português já havia partido, deixando para trás um país mudado, mas ainda muito pobre, economicamente dependente dos ingleses e dos portugueses e com uma situação política tensa.

Socialmente, o Brasil continuou sustentando a já velha desigualdade social. A maioria da população constituía-se de escravos que viviam nas piores condições físicas e morais; o analfabetismo atingia quase 90% da população; a saúde era precária; enfim, em relação ao estado social, o país era um caos, e continuou sendo mesmo depois de D. João VI. Outra parcela importante do corpo social eram os chamados homens livres, que não eram nem os ricos fazendeiros comerciantes e donos de escravos, nem eram escravos; constituíam uma camada social que vivia de pequenos negócios (pequeno comércio, religião, aposentadoria pública, etc.) ou muito comumente do compadrio, o que identificava essa classe com uma espécie de malandragem social.

No setor econômico, as principais atividades nas terras brasileiras continuaram sendo o comércio, tanto de escravos quanto de produtos e bens, este último feito principalmente com a Inglaterra, já que a Corte Portuguesa e junto com ela o Brasil estavam praticamente dependentes dos ingleses em todos os sentidos após a invasão napoleônica na Europa.

O ambiente político continuou instável por muito tempo, mesmo com a Independência em 1822, pois não era fácil para o novo imperador D. Pedro I atender a todos os interesses da classe dominante.

Dois partidos políticos entram em cena em 1838, já no Segundo Reinado, considerando-se também o período regencial: o Liberal e o Conservador, além do chamado Poder Moderador, cuja representação máxima era a figura do Imperador D. Pedro II. A partir desse período e até a proclamação da república em 1889, o Brasil enfrentaria várias revoltas populares e oscilações de poder entre os partidos políticos constituídos.

1. O Rio de Janeiro

Mesmo tendo seu tempo de ação deslocado para o tempo do rei, o diálogo crítico do romance de Manuel Antônio de Almeida com o período em que viveu o autor não deixa de existir, já que genuinamente nada mudara no Rio de Janeiro no que diz respeito aos costumes sociais e aos modos de vida dos fluminenses mais pobres (que a narrativa vai focalizar) nesse curto espaço de tempo que transcorre entre a ação do livro (o tempo do rei - 1808-1821) e o seu período de produção (1852-1853). Possivelmente, Manuel Antônio de Almeida desloca a ação da obra no tempo apenas por uma questão de conveniência pessoal: evitar dissabores com políticos e literatos da época, uma vez que o tom crítico de seu livro poderia incomodar pelas inconveniências do conteúdo e da forma. Alguns estudiosos de *Memórias de um sargento de milícias* (1852-1853) compartilham essa opinião, como é o caso de Reginaldo Pinto de Carvalho (1999, p. 88), que vê na obra uma sátira social feita pelo autor ao seu próprio tempo: “o recuo da história ao tempo do rei, portanto, um recuo de aproximadamente quarenta anos, já que o **tempo do rei** compreendia o período que vai de 1808 a 1821, revela a intenção do autor de evitar a crítica direta ao seu próprio tempo”. A mesma opinião formula Nelson Sodré, quando diz: “a antecipação histórica, aliás, poderia ter sido uma saída natural e intencional do autor, para fazer crítica – e há muita crítica transparente nas páginas do livro – e não chocar os criticados”. (SODRÉ apud CARVALHO, 1999, p. 88).

Socialmente, entre 1852-1853, a situação do Rio de Janeiro permanecia praticamente a mesma; nada mudara desde a época em que a Família Real estivera no país. Os costumes e os modos de vida da população geral continuavam praticamente os mesmos, uma vez que a chegada do rei só mudou mesmo a

vida das famílias descendentes dos ricos portugueses que aqui se estabeleceram. De resto, tudo ficou mais ou menos igual, e em alguns aspectos até piorou: os pobres ficaram ainda mais pobres, os que já eram ricos aumentaram seus ganhos, os escravos continuaram nas mesmas condições desumanas; os homens pobres e livres continuavam com sua vida pacata, baseada no sistema de favores e compadrio, hábito que se instaurou na época do rei e permaneceu por muito tempo como uma das marcas da sociedade do século XIX. Muitos artistas e estudiosos desse século retrataram essa prática social através da figura dos agregados, personagens recorrentes nas obras de Machado de Assis, por exemplo, e mencionados também em *Memórias de um sargento de milícias*.

O modo de vida, os costumes, as festas religiosas, enfim, a aparência geral da cidade carioca era praticamente a mesma entre os anos de 1808 e 1853. A capital da colônia, que depois se tornou império, era uma cidadezinha tranquila e pacata, cuja população era majoritariamente construída por escravos e homens livres e pobres. Tirando a parte rica da cidade, a maioria das ruas era úmida e suja, resultado da falta de coleta de lixo e de limpeza urbana. Desse modo, os hábitos dos moradores eram muitas vezes registrados de forma pejorativa pelos viajantes europeus: geralmente os habitantes do Velho Mundo costumavam taxar os brasileiros de preguiçosos e deselegantes. Os homens das classes menos abastadas andavam de chinelos, calças leves e jaquetas de chita. As mulheres, sempre muito religiosas, andavam sempre “envoltas em rosários de onde pendiam santinhos”. (GOMES, 2007, p. 158). Sentadas na frente de suas casas, as donas de casa da classe média pobre costumavam reunir-se em rodas, e aconchegadas em esteiras, “costuravam, faziam meias, rendas, bordados e outros trabalhos manuais”, (GOMES, 2007, p. 159); ou muito comumente, conversavam, falavam de acontecimentos cotidianos, dos casamentos, dos namoros, dessa ou daquela ação policial, das festas ou das procissões religiosas, do sermão do padre na última missa.

Durante a semana, o Rio de Janeiro era uma cidade movimentada e barulhenta, com ruas repletas de muare, carroças ruidosas puxadas por bois. Centro naval e comercial do império, mais de um terço das exportações e importações da colônia passava por seus portos. Era também o maior mercado de escravos da América, um dos fatores que chamavam a atenção dos viajantes. Um número muito grande de negros e escravos tomava conta das ruas, especialmente em dias de feira (GOMES, 2007, p. 156, 163). A saúde era precária, pois não havia médicos formados em universidade; era muito comum os barbeiros exercerem a profissão, sem nenhum preparo científico (GOMES, 2007, p. 165). Nos finais de semana, o que predominavam eram as celebrações religiosas, ocasião em que as famílias, acompanhadas de seus escravos (se os tinham), iam à Igreja.

Ressalte-se mais uma vez que, no tocante aos costumes e hábitos dos moradores mais pobres, bem como à aparência geral da cidade carioca, praticamente nada havia mudado entre o tempo que compreende a ação da obra (tempo do rei) e o período em que ela foi escrita (1852-53). Mesmo com algumas transformações, a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro não mudou muita coisa para as pessoas da classe média pobre, que compõem a ação de *Memórias de um sargento de milícias*, e muito menos para os escravos. Se a vinda da Corte portuguesa trouxe algum benefício de nível econômico e social, este se limitou às elites brancas, descendentes de portugueses. As instituições já eram e continuaram corruptas e mal formadas; a Igreja continuava cometendo abusos; a população geral continuava analfabeta, com um sistema de ensino precário e atrasado. De fato, para a elite rica, novos bairros foram criados com melhor infraestrutura, possibilitando um sistema sanitário mais moderno; a arte e a arquitetura ficaram mais “refinadas”, mais próximas dos padrões da Europa, graças aos artistas desse continente, principalmente franceses, atraídos pela presença da Família Real portuguesa.

Em contrapartida, o número de escravos aumentou assustadoramente, e com isso as epidemias, as mazelas sociais, os abusos. O Brasil continuava na verdade sendo um país atrasado. Como destaca Laurentino Gomes (2007, p. 227), “transformar o Brasil seria uma tarefa muito mais árdua do que se poderia imaginar observando as lojas e a pompa das famílias [ricas] nas ruas da nova sede da corte portuguesa”.

2. Memórias de um sargento de milícias

De fato, a falta de mudanças significativas permitiu a Manuel Antônio de Almeida fazer uma crítica direta e bem humorada à sociedade de seu tempo, pela correspondência com outro período histórico do Rio de Janeiro (o tempo do rei). O narrador de *Memórias de um sargento de milícias* desloca a ação da obra no tempo para zombar de uma sociedade que genuinamente permanecia a mesma; uma sociedade que se queria polida e refinada por ter hospedado o rei e sua Corte, mas que guardava os velhos hábitos, nem sempre tão louváveis e elegantes como se pretendia que fossem.

Nesse sentido, *Memórias de um sargento de milícias* é um dos únicos romances de seu período (o

século XIX), se não o único, que manifesta um diálogo crítico, pela veia da sátira e da comicidade, portanto realista, com esse período tão singular e tão intenso da história Brasil, mais especificamente do Rio de Janeiro, capital do país e palco de todas as importantes transformações que o atingiam.

Quando Manuel Antônio de Almeida escreveu sua obra mais conhecida, com apenas 21 anos de idade, o Brasil, como vimos, ainda se formava como nação, já que o país se ligava a Portugal por vários motivos, tanto econômicos quanto políticos. Ao se tornar independente, façanha conquistada pelas elites em 1822, uma figura portuguesa continuava mandando e desmandando no cenário político: o imperador Pedro II impunha sua vontade em todos os setores sociais através do exercício do Poder Moderador. Quando lhe interessava, ele dissolvia o gabinete ministerial e destituía quem estivesse no poder, fosse o Partido Liberal ou o Conservador, as duas forças políticas da época, que ora eram inimigas, ora aliadas, segundo os interesses do momento.

Nesse período político conturbado, os jornais eram os principais meios de comunicação; e não deixavam de claramente aliar-se a um ou outro partido político, defendendo de forma aberta seus interesses. Nesse sentido, a imprensa exercia um papel essencial na vida política do país. Os jornais eram verdadeiros cabos eleitorais dos partidos, e pelo seu poder de comunicação, exercido principalmente entre os setores mais abastados da sociedade que sabiam ler e tinham condições financeiras de adquirir o jornal, manipulavam ao bel prazer o cenário político de acordo com seus interesses e os interesses daqueles a quem apoiavam.

Assim procedia um dos jornais cariocas mais importantes da época de Manuel Antônio de Almeida, o Correio Mercantil, que circulou no Rio de Janeiro entre 1848 e 1868. Em 1848, Dom Pedro II derrubou o gabinete formado pelo Partido Liberal, no poder desde 1844, e convocou os Conservadores para formarem uma nova organização política. Esse fato provocou a ira dos liberais, que viu o poder político lhes sendo tirado sem maiores explicações. A partir de então, em uma luta verbal que duraria anos, o Partido Liberal atacava o Imperador e o seu partido aliado, os Conservadores, de todas as formas possíveis, formas essas que iam desde discursos políticos afiados e bem construídos até ofensas chulas dos mais variados tipos.

De todos os jornais aliados ao Partido Liberal, o Correio Mercantil era sem dúvida o mais bem organizado, contando com uma boa equipe de redatores e um número considerável de assinantes. Segundo Jarouche (2002, p. 18), o jornal era publicado quase todos os dias e contava com pouco mais de 2000 assinantes, um número bastante considerável para um período em que quase 90% da população fluminense não tinha acesso à leitura por conta do analfabetismo.

Além das tradicionais seções com textos que versavam sobre assuntos da vida cotidiana brasileira, sobre a situação política do Brasil e sobre acontecimentos europeus, entre 1852-1854 o Correio Mercantil trouxe aos seus leitores uma novidade: aos domingos, uma seção humorística chamada “Pacotilha” dominava quase todas as páginas do jornal, trazendo aos seus leitores os mais variados textos, geralmente ligados ao humor e à galhofa. A Pacotilha tinha de tudo: textos criticando a Câmara Municipal, críticas acusando o Partido Conservador de corrupto, desleal, incapaz, etc., notas de falecimento e utilidade pública, tudo no mais completo espírito de zombaria.

Foi justamente nesse ambiente de “licença cômica” que surgiram pela primeira vez *Memórias de um sargento de milícias*. Publicado entre os anos de 1852-1853 em forma de folhetim na Pacotilha do jornal Correio Mercantil, o livro se tornaria posteriormente um dos primeiros romances brasileiros, talvez o mais importante da época, pela sua originalidade. Sem dúvida, quem lê *Memórias* e as compara com outros romances da mesma época (os de Alencar ou Macedo, por exemplo), percebe que a obra possui um estilo e um conteúdo muito diferentes dos romances desses autores consagrados pela crítica e pelo público. Por conta de seu estilo, inesperadamente inovador, Manuel Antônio de Almeida morreu no anonimato, e sua obra só alcançou o valor merecido já no final do século XIX, quando o realismo e o naturalismo despontam como correntes literárias. Como notou Josué Montello (1955, p. 38), “[...] as *Memórias de um sargento de milícias* teriam de ser, fatalmente, uma obra deslocada”, num “ambiente de aplauso à literatura romântica”.

Em *Memórias de um sargento de milícias* não encontramos personagens honrados e virtuosos; nem o amor divino, a descrição exótica da paisagem, ou mesmo o interesse por situações dramáticas e apaixonantes, mas uma ação toda ela construída pela pintura verossímil do ambiente, dos costumes e dos gostos da classe social representada. Nessa mesma tendência, encontramos um narrador lúcido e realista, que a todo momento faz intervenções judiciosas sem, no entanto, dar um tom fatalista aos fatos que critica. Suas observações revestem-se sempre de bom humor, uma vez que o ambiente criado pela ação da obra é construído para dar a idéia de neutralidade, ou seja, não há má ação que não seja compensada por outra melhor. Mas esse clima de mundo sem culpa não anula a função da pintura satírica das ações: edificar pelo contra-exemplo, corrigir, moralizar, mesmo que de forma bem humorada e sem fatalismos, através da representação de ações reprováveis do ponto de vista da moral estabelecida; mostrar o ridículo de “um país atrasado, de pessoas ignorantes, com instituições corruptas e despóticas” (JAROUCHE, 2002, p. 39). E

como na época em que o livro foi escrito era muito perigoso criticar instituições oficiais e mais ainda os descendentes portugueses, Manuel Antônio de Almeida preferiu deslocar a ação de sua obra para minimizar o “peso” da mesma. Não só pela temática, calcada na crítica bem humorada da sociedade, mas pelo próprio estilo, a obra era mesmo um incômodo, uma espécie de “peixe fora d’água”, uma vez que sua principal característica é a apresentação esteticamente verossímil da realidade.

A correspondência com o real evidencia-se pela forma e pelo conteúdo do romance. Na forma, temos as descrições rápidas e sucintas de costumes, a linguagem coloquial, os diálogos construídos muito próximos do real modo de falar dos homens livres e pobres, a construção de personagens-tipo, que representam grupos sociais integrantes daquela sociedade; o desenrolar da ação em um tempo e espaço típicos, facilmente identificáveis para um leitor familiarizado; um narrador que se identifica muito com o contador de histórias, dando aos fatos um tom levemente folclórico. No conteúdo, temos a pintura de ações comuns do dia-a-dia: intrigas, festas religiosas, as procissões dos dias santos, as ações dos malandros e da polícia, as peraltices de um herói desajustado socialmente, a inatividade dos velhos aposentados, as fofocas de vizinhança, em suma, a vida algo desocupada de uma classe social pobre do Rio de Janeiro, cujas principais atividades eram as demandas e o compadrio.

Considerações finais

Todas as especulações em torno de *Memórias de um sargento de milícias* procuram de uma forma ou de outra responder à seguinte questão: afinal, em que estética literária devemos colocar o romance? Ele é fruto de seu tempo, portanto romântico, ou é antecessor na medida em que coloca em prática algumas técnicas que depois os realistas brasileiros utilizaram?

De fato, uma análise mais aprofundada nos fez perceber que a obra tem como principal característica o retrato de temas considerados “baixos”, voltados para a realidade cotidiana, para a vida algo comum de homens também comuns. Se pensarmos que a regra de separação de estilos perdurou com muita força até o século XVIII (aqui no Brasil até o XIX) e que manteve a separação entre a boa e a má literatura, veremos que realmente as obras que davam preferência ao “estilo baixo” não foram até o século XIX reconhecidas como literatura de verdade. Só no século do realismo literário as obras de Richardson, Fielding e mesmo Laurence Sterne foram reconhecidas como boa literatura pela crítica. Levando em conta o caráter marginal dessa literatura, observamos que no século XVIII, época em que o gênero romanesco definitivamente se estabelece, alguns romances mantiveram essa espécie de “tradição realista” da literatura, na medida em que se desviavam quase que totalmente das regras do dito “estilo elevado”. Nesse sentido, no século XVIII floresceu tanto na França quanto na Inglaterra esse tipo de literatura realista, cujas raízes milenares remontam ao tipo de criação literária voltada para o popular e o carnavalesco.

Memórias de um sargento de milícias poderiam ser colocadas nesse vasto ramo da literatura, pelo papel que desempenhou no cenário literário brasileiro: o de ruptura com o tradicional, através da crítica alegre dos costumes e modos de viver quando trás para a cena personagens comuns, homens livres e pobres do Rio de Janeiro do século XIX. A obra de Manuel Antônio de Almeida faz isso num momento em que nenhum escritor brasileiro de romance ousara fazê-lo. Essa obra encontra-se às margens da grande literatura, justamente como estavam à margem da literatura quase todos os romances realistas dos séculos anteriores ao XIX, simplesmente porque sua temática era outra, mais verossímil e mais próxima do real modo de ser do homem.

Referências

ALMEIDA, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Globo, 2004.

CARVALHO, R. P. *O humor e a linguagem chã contra os trejeitos da retórica*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

GOMES, L. *1808*. São Paulo: Planeta, 2007.

JAROUCHE, M. M. Introdução. Galhofa sem melancolia: as *Memórias* num mundo de luzias e

saquaremas. In: *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MONTELLO, J. Um precursor: Manuel Antônio de Almeida. In: COUTINHO, A. (Org.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul-Americana: 1955.